

Renegociação da dívida: até representante dos EUA concorda.

"Precisamos de um alongamento do prazo para pagamento de nossa dívida externa, redução dos juros e condições de pagamento de acordo com nossa capacidade de gerar superávits." A afirmação foi feita ontem em Porto Alegre pelo presidente da Federação Nacional dos Bancos e do Unibanco, Roberto Konder Bornhausen. Em Belo Horizonte, um representante do governo norte-americano, Ernest Dreeg, concordou em que o Brasil precisa chegar a um consenso político, para poder renegociar a dívida.

Dreeg admitiu que "a maioria dos países, e os Estados Unidos em maior escala, estão procurando proteger-se, impondo tarifas para limitar o fluxo do comércio". Admitiu também que, apesar do protecionismo, a indústria dos EUA não consegue competir com a indústria de países do Terceiro Mundo, que dispõe de mão-de-obra barata. Por exemplo, a indústria siderúrgica norte-americana está obsoleta, mas tem grande poder de pressão para arrancar das autoridades medidas protecionistas, afirmou Dreeg.

Por sua vez, Roberto Bornhausen disse que o comportamento dos juros externos dependerá muito do próximo governo norte-americano, mas alertou que não se pode esperar renegociar a dívida com taxas fixas, porque a maior parte dos recursos captados foi obtida no mercado livre, onde não existem condições de evitar a flutuação das taxas. Da mesma forma, não espera qualquer condição especial no momento em que o Brasil renegociar sua dívida, até porque existem diversos países nas mesmas condições. Entretanto, acredita que o Brasil "tem condições de colocar sua posição, no sentido de corrigir distorções" e, no momento em que ocorrer, a renegociação será feita com "maior preparo".

Quanto às taxas de juros internas, acrescentou que "é um fato que nos alegra" a redução que vem ocorrendo. A tendência "é de queda", mas ele não quis fazer previsões sobre as proporções em que isso acontecerá. A queda é consequência da redução da demanda decorrente do superávit governamental no primeiro quadrimestre do ano, da boa performance na exportação, da maior oferta da área privada pelo fato de as sociedades de crédito imobiliário poderem financiar empresas produtoras de materiais de construção. Destacou ainda como "fatores positivos" as mudanças ocorridas no crédito rural e as esperanças de mudanças no depósito compulsório sobre os depósitos a prazo e à vista.

Roberto Bornhausen manifestou a expectativa de que o PIB poderá registrar um crescimento "ligeiramente positivo" este ano. Ele acha que "em 84 atingiremos o final da fase de recessão e, a partir daí, será possível a retomada". As empresas ligadas à exportação registram um aumento de atividades, embora "o mercado interno ainda continue fraco".

Para o sistema financeiro, "84 será um ano bastante difícil. Será um ano de menor lucratividade, sem dívida, e de crescimento insuficiente. Mas é importante que a fase de ajuste seja final e o sistema financeiro terá que se adaptar a esta modificação".

Os banqueiros são contrários à concessão de novos incentivos às cadernetas de poupança, pois "dispõem hoje de uma fatia de um terço dos ativos financeiros do País, o que já é uma fatia muito grande".

Garantiu que a inadimplência dos mutuários do BNH não está colocando em risco instituições financeiras. Depois das últimas medidas do banco, acredita que "o processo está perfeitamente suportável". Perguntado se, como mutuário, aceitaria aderir aos novos planos do banco, respondeu afirmativamente.

Também manifestou a expectativa de que o governo encontre uma solução para colocar em dia as dívidas da previdência para com os bancos, "que não poderão ficar indefinidamente suportando esse déficit".

Afirmou que "o abuso da presença governamental direta no sistema produtivo não tem liberado o Estado brasileiro para ocupar, com adequação, sua função clássica de promover políticas sociais abrangentes, nos diversos setores em que isso se faz dramaticamente necessário, como alimentação, saúde, educação, saneamento, habitação e transportes urbanos".